Reforma Tributária

Análise da LC nº 214/2025

www.ferreiraadvocacia.com.br

INFORMATIVO X

Artigos 84 a 98

Nesta semana, abordaremos os regimes aduaneiros especiais que envolvem a suspensão de tributos, prescritos nos artigos 84 a 98 da LC 214/2025, sobre operações temporárias, regimes de aperfeiçoamento e nas atividades de empresas comerciais exportadoras.

Preliminarmente, é importante observar que, no que concerne aos regimes mencionados abaixo, a Lei Complementar deixou a definição de conceitos e regras importantes para o futuro regulamento. Uma vez que a regulamentação ainda não existe, a matéria abordada no presente informativo não é exauriente e somente poderá ser integralmente compreendida depois de publicada a regulamentação. Já existem, no entanto, críticas a respeito da validade jurídica dessa delegação de competência da LC para suas normas regulamentares (feitas, inclusive, pelo Poder Executivo), principalmente, porque alguns temas que tiveram sua definição delegada para o regulamento podem - ou não - conferir aos contribuintes modalidades de desoneração fiscal.

Quando se trata do **regime de trânsito**, ficam suspensos o IBS e a CBS incidentes sobre a importação dos bens materiais importados para transporte dentro do território nacional, sem intenção de permanência no Brasil. Essa suspensão somente vale enquanto os bens importados estiverem inseridos formalmente nesse regime..

No **regime de depósito**, os bens que ficam sob o regime de depósito aduaneiro têm os tributos suspensos enquanto estiverem armazenados no país. No caso de Depósito Alfandegado Certificado, ao entrar nesse local, os bens serão considerados como exportados.

Além disso, no **regime de permanência temporária**, também há suspensão de IBS/CBS.

Nos casos de permanência temporária para utilização econômica, a suspensão do pagamento do IBS e da CBS é proporcional ao tempo de permanência dos bens no território nacional. O cálculo da suspensão de tributos será feito de acordo com o período em

Reforma Tributária

Análise da LC nº 214/2025

www.ferreiraadvocacia.com.br

que os bens estiverem no Brasil, aplicando-se 0,033% a cada dia compreendido no prazo de concessão do regime.

Nessa hipótese, há certo grau de incerteza no que será considerado “utilização econômica”. Espera-se que a regulamentação traga maiores detalhes sobre a interpretação desse conceito, pois não pode ficar a cargo do Fisco a identificação do que seria essa “utilização econômica”.

O **regime de aperfeiçoamento** também garante a suspensão de tributos para bens importados ou adquiridos no mercado interno, desde que esses sejam utilizados em processos produtivos que resultem em exportação, em especial para os casos de remessa de bem para conserto, aperfeiçoamento, revisão ou manutenção. No entanto, se os bens forem desviados para o mercado interno ou utilizados de maneira inadequada, o contribuinte terá que recolher os tributos devidos, acrescidos de juros e multas.

Como é de conhecimento geral, o **Drawback** é um regime aduaneiro especial que permite a suspensão, isenção ou restituição dos tributos na importação de bens que serão utilizados na produção de bens destinados à exportação.

Em relação aos bens submetidos ao **regime de drawback**, a legislação prevê que não será aplicado ao IBS e a CBS as modalidades de isenção e restituição, sendo permitida apenas a modalidade de suspensão. Ademais, a LC prescreve que, caso esses bens sejam empregados de forma inadequada ou destinados ao mercado interno, a empresa será obrigada a pagar os tributos devidos, acrescidos de

juros e multas.

Isso inclui a necessidade da utilização do produto em seu processo produtivo para exportação, conforme o ato concessório, ou quando for incorporado ao produto final destinado ao mercado interno.

O **regime Repetro**, voltado para o setor de petróleo e gás, também tem garantida a suspensão do pagamento de tributos para bens utilizados nessas atividades. Novamente, caso os bens não sejam utilizados conforme previsto, o contribuinte será obrigado a recolher os tributos com acréscimos de juros e multas.

Outro ponto relevante é o **regime de bagagens e remessas internacionais**. A importação de bens materiais relacionados a bagagens de viajantes e remessas internacionais é isenta de tributos, desde que atendam às condições específicas. Para as remessas internacionais, a isenção só é válida quando a operação é realizada sem a intermediação de plataformas digitais e os envolvidos são pessoas físicas. Caso contrário, a plataforma digital será responsável pelo pagamento dos tributos.

Ferreira e Ferreira Advocacia está à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.